

REPENSANDO O PAPEL DA ORALIDADE NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Michele NEITZKE
Faplan/Anhanguera

RESUMO: O objetivo do presente trabalho é relatar as experiências vivenciadas durante o período de estágio nos últimos semestres do curso de Letras da Faculdade Anhanguera de Passo Fundo, onde se buscou compreender e tomar conhecimento da realidade dos alunos e das escolas onde foram desenvolvidos os estágios, e, assim, compreender melhor a prática pedagógica da disciplina de Língua Portuguesa, dando ênfase a questão da oralidade da língua materna que ainda é considerada por muitos como algo difícil e sem importância. Tanto em escolas públicas, como nas particulares, a abordagem da oralidade pode e deve ser utilizada, pois proporciona ao estudante, na diversidade da vida cotidiana, o desenvolvimento de uma capacidade cada vez maior de comunicação e, assim, um melhor entendimento da sua língua.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo relata experiências vivenciadas nos estágios supervisionados do curso de Licenciatura em Letras Faplan/Anhanguera de Passo Fundo. O estágio tem em vista a necessidade de uma experiência prática na qual seja possível observar grande parte dos fundamentos aprendidos ao longo dos períodos anteriores, ou seja, os princípios teóricos estudados no decorrer do curso. Sendo assim, este trabalho busca relatar como foi aliada a teoria à prática, demonstrando, assim, o quanto é enriquecedor e importante esta etapa na formação acadêmica e profissional do futuro docente.

Divido em três etapas, sendo estas durante o quarto, quinto e sexto semestres do curso, o estágio teve carga horária total de 400 horas. No período que compreende os estágios I e II, ocorreram observações de aulas tanto em escola pública quanto em escola particular, e na última etapa, estágio III,

realizou-se 40 horas de observações de aulas e 40 horas de docência na disciplina de Língua Portuguesa em uma escola particular de Passo Fundo.

Nas escolas observadas, percebeu-se que havia muita produção de texto, porém os alunos não tinham no que se basear, assim como possuíam pouco auxílio por parte da professora. As explicações e comandos eram de forma oral e breve. Não houve incentivo para que os alunos expusessem seus textos ou até mesmo os lessem em sala de aula. Houve apenas uma aula para que trabalhassem algumas regras da nova ortografia. Passaram duas horas copiando frases do quando negro, mas não tiveram espaço para perguntas.

Levando em consideração as aulas observadas, buscou-se fazer uma análise profunda da falta de motivação dos alunos em relação a Língua Portuguesa: a falta de oralidade e de oportunidade de expressão por parte dos alunos. Buscando um embasamento mais teórico, este artigo propõe atividades diferentes que preencham esta lacuna durante os períodos de Língua Portuguesa tanto em escolas públicas quanto particulares.

2 REPENSANDO O PAPEL DA ORALIDADE

O estágio foi um período no qual se tomou conhecimento da realidade escolar dos alunos e da escola onde o trabalho de observação e docência foi desenvolvido, com a finalidade de melhor compreender a prática pedagógica e a questão da oralidade na disciplina de Língua Portuguesa.

Durante o período de observação das aulas de Língua Portuguesa, pôde-se notar a falta de motivação dos alunos em relação a sua língua materna. As aulas baseavam-se em copiar textos da lousa, sem que houvesse um trabalho que buscasse levar à compreensão ou interpretação dos mesmos. Não havia nem mesmo debate ou leitura. As professoras pouco utilizavam os recursos disponíveis na escola, trabalhando sempre de forma habitual e tradicional.

Refletindo sobre o que foi observado na experiência de estágio, destaca-se que o Ministério de Estado da Educação publicou, no ano de 2005, a Portaria de número 4.056, na qual é considerado urgente a democratização do processo ensino-aprendizagem da Língua Portuguesa nas escolas brasileiras. O documento, que leva em conta o fato de que a língua é uma prática social e cultural, visa promover o Português através de ações culturais que promovam, principalmente, as variantes da língua existentes em nosso país. Esta promoção e difusão devem ser de acordo com a realidade dos alunos e as exigências da sociedade.

Sendo assim, no sentido de deixar a escola com melhores condições e mais acessível aos alunos e promover uma maior dinamização das aulas de

Língua Portuguesa, a portaria sugere uma atualização das referências normativas, valorizando a norma padrão real, ou seja, a língua falada pelas pessoas cultas, como médicos, dentistas e professores. Esta norma padrão pode ser trabalhada das mais diversas maneiras, sendo através da escrita, da leitura, da gramática, mas o mais importante, pela oralidade. É através da oralidade que o aluno se sentirá mais motivado a aprender, pois estaremos aproximando seu falar do dia-a-dia com a norma padrão culta aprendida em sala de aula e, assim, facilitando a escrita.

Atualmente, a oralidade em sala de aula é quase que inexistente, “uma quase que omissão da fala como objeto de exploração no trabalho escolar; essa omissão pode ter como explicação a crença ingênua de que usos orais da língua estão tão ligados à vida de todos nós, que nem precisam ser matéria de sala de aula.” (MARCUSCHI apud ANTUNES, 2003, p. 24)

Durante o processo de estágio do curso de Letras, ao tomar conhecimento do ambiente escolar e das práticas pedagógicas, pôde-se notar uma boa estrutura pedagógica, tanto na escola pública quanto nas particulares, mas uma certa dificuldade da parte das professoras em trabalhar a oralidade em sala de aula, especialmente nas aulas de Língua Portuguesa.

Com relação ao exposto, ressalta-se que muitos professores de Língua Portuguesa no Brasil ainda consideram que a fala é uma das maiores causas para a violação das regras gramaticais, pois não segue as regras padrão dos livros de Gramática e, assim, a fala acaba sendo caótica. Segundo Antunes (2003, p. 24), essa visão equivocada considera que tudo o que é “erro” na língua acontece na fala, quanto tudo é permitido, e assim não se distinguem as condições sociais mais formais de interação, que seriam as condições de outros padrões de oralidade que não o coloquial. Nota-se que quando a fala é utilizada em sala de aula, se restringe a reportar ao professor ou colegas aquilo que foi trabalhado formalmente na gramática. Isso tudo não passa de uma simples reprodução de registros, sem que haja a interação entre os alunos e uma análise mais consistente do conteúdo aprendido.

A falta de oportunidade de expressão dos padrões gerais da conversação faz com que uma melhor abordagem dos gêneros orais da comunicação pública seja deixado de lado. A simples reprodução acaba se tornando um processo mecânico e ignora a necessidade exigida pelos alunos do “falar público” em certas convenções sociais, isso poderá gerar implicações mais adiante na vida adulta, fazendo com que o aluno não saiba lidar com as variadas situações de interação verbal. Este discurso formal, ou seja, o falar público, precisa ser exercitado, pois apresenta características diferentes do discurso informal, e somente com prática é que se aprende a usar as distintas estratégias argumentativas típicas dos discursos orais.

A fala é considerada como uma atividade interativa, ou seja, "implica em uma relação cooperativa entre duas ou mais pessoas com a finalidade de comunicação" (ANTUNES, 2003, p.45). Neste contexto, ainda é importante ressaltar que a oralidade exige a atividade receptiva dos outros alunos, a qual muitos chegam à fase adulta sem nunca ter trabalhado. É uma atividade que exige participação, cooperação e respeito por parte do ouvinte. Cabe ao professor desenvolver a competência para respeitar e saber ouvir os outros, escutar com atenção e concentração. Vale a pena lembrar que a função de algumas expressões verbais indicam atitudes e posturas de polidez e boa convivência.

No período de observação do estágio, um fator que chamou atenção foi o fato de que uma das professoras acompanhadas tinha certa dificuldade em controlar e possuir atenção dos alunos em determinados momentos. As conversas paralelas atrapalhavam o desenvolvimento das aulas, assim como a falta de tópicos interessantes desestimulava os alunos. Caso houvesse debates, os alunos estariam ao mesmo tempo aprendendo a respeitar e saber ouvir, assim como estariam praticando a sua oralidade em sala de aula.

Entende-se que a fala, assim como a escrita e a leitura, é dialógica, dinâmica e negociável. Segundo Antunes (2003, p.45), existe nela uma visão interacionista que consiste na visão de que alguém selecionou alguma coisa a ser dita a um outro alguém, com quem pretendeu interagir, em vista de algum objetivo. A autora ainda afirma que "a oralidade consiste nesta prática discursiva, inserida em uma determinada prática social com a intenção de comunicação".

Considera-se assim que a fala, assim como a prática da escrita, tem a mesma intenção de comunicar e pode variar, estar mais ou menos planejada, mais ou menos cuidada em relação à norma padrão, mais ou menos formal. Isso tudo vai depender de seu contexto de uso e de seu objetivo de comunicação. Ambas podem ser formais ou informais e isto deve ser trabalhado, fazer com que o aluno entenda em que momento pode e deve ser formal ou informal.

Planejar, mais ou menos, e realizar essas formas de atuação verbal requer competências que o professor precisa ajudar os alunos a desenvolver, para que eles saibam adequar-se às condições de produção e de recepção dos diferentes eventos comunicativos. Tais condições é que nos levam a tomar decisões no decorrer da interação. (ANTUNES, 2003, p. 103)

Seria como se o aluno fosse um poliglota dentro de sua própria língua, sendo capaz de optar pelo nível de registro de acordo com o objetivo da comunicação, ajustando-se às variedades de situações da interação verbal.

Nessa mesma linha, Ferronato(2010) acrescenta que “o uso adequado da linguagem só se faz a partir do momento em que a escola propicia situações de letramento, ou seja, situações em que o aluno reflita sobre as realizações sociais:.

Nesse sentido, é interessante realizar um trabalho para que os alunos percebam as diferenças lexicais, sintáticas e discursivas, que caracterizam a fala informal e a fala formal, destacando-se assim “a variabilidade de atualização que a língua pode receber, de acordo com as diferenças concentradas na situação comunicativa”, como afirma Antunes (2003, p.113).

Nas aulas de Língua Portuguesa ministradas em uma das escolas de estágio, a professora se baseou na leitura e produção, evitando o ensino da gramática exigida no livro didático. Entretanto, as atividades de leitura e produção de textos restringiam-se ao papel de reportar, não havia espaço para a oralidade, como a leitura em voz alta, ou debate dos assuntos antes de se realizar as atividades. Tudo se baseava no pouco conhecimento que os alunos possuíam, como quando escreveram um texto sobre aborto, por exemplo. Nessa tarefa houve pouca explicação do que deveria ser feito, que tipo ou gênero textual deveriam utilizar, se poderiam pesquisar em revistas, jornais ou até mesmo na internet sobre o assunto a ser abordado. Os alunos não tinham ferramentas nem conhecimento que os levassem a se comunicar de forma clara e precisa nos seus textos.

Assim como na Portaria número 4.056, os PCNs também acreditam que a oralidade tem papel fundamental no ensino de Língua Portuguesa. No Ensino Fundamental propõem-se atividades com produção oral em diversas circunstâncias, quais sejam:

- atividades em grupo que envolvam o planejamento e realização de pesquisas e requeiram a definição de temas a tomada de decisões sobre encaminhamentos, a divisão de tarefas, a apresentação de resultados;
- atividades de resolução de problemas que exijam estimativa de resultados possíveis, verbalização, comparação e confronto de procedimentos empregados;
- atividades de produção oral de planejamento de um texto, de elaboração propriamente e de análise de sua qualidade;
- atividades dos mais variados tipos, mas que tenham sempre sentido de comunicação de fato: exposição oral, sobre temas estudados apenas por quem expõe. Esse tipo de tarefa requer preparação prévia, considerando o nível de conhecimento do interlocutor e, se feita em grupo, a coordenação da fala própria com a dos colegas - dois procedimentos complexos que raramente se aprende sem ajuda. (Brasil, 1998, p. 50)

Em um contexto mais pedagógico, o professor pode e deve trabalhar a oralidade da Língua Portuguesa de uma maneira voltada para temas globais e atuais, que despertem o interesse dos alunos e exijam uma análise de melhor qualidade sobre o tema estudado.

Os textos, como se sabe, se desenvolvem a partir de um determinado assunto ou dentro de um tema específico, o que lhes confere uma unidade temática requerida pela sua própria coerência. Assim, uma conferência, uma palestra, um debate, uma aula e outros gêneros similares são sempre em torno de um determinado tema e reconhecer essa unidade temática do texto constitui uma competência que a escola deve privilegiar. (ANTUNES, 2003, p. 100)

Tudo deverá sempre girar em torno de um tema com a finalidade de interação entre aluno-aluno e aluno-professor. Sendo assim, este último deve levar o aluno a perceber como a unidade temática do texto assume características bem diferentes nas situações da conversação e comunicação. Estas atividades não são falsas espontâneas, mas sim previamente estudadas e planejadas, são consideradas como a oralização da escrita.

Nestas situações de oralidade, existem elementos conectores (conjunções) e reiterativos (de repetição), ambos presentes nos textos escritos e na oralidade. Eles fortalecem a ideia de que a oralidade também está sujeita à intertextualidade, ou seja, estas características fazem com que a fala também seja uma forma de texto, e não apenas um amontoado de palavras ou frases soltas.

Cabe ao professor tomar muito cuidado para que não se crie a falsa ideia de que a fala se sobrepõe à escrita, mas sim que os textos escritos e orais tem tanto semelhanças quanto diferenças, pois ambos pertencem ao sistema da Língua Portuguesa. Entre elas apenas existem diferenças na estrutura, porque diferem pelo seu modo de aquisição, reprodução, transmissão e usos. Porém ambas, a fala e a escrita, podem e devem ser trabalhadas juntas para a sua especificidade.

Como se sabe, as modalidades oral e escrita da língua aguardam similaridades e apresentam diferenças. O confronto entre uma e outra - desde que se considerem os mesmo níveis de registro - pode ser bastante produtivo para a compreensão daquelas similaridades e diferenças, e para o entendimento das mútuas influências de uma sobre a outra. (ANTUNES, 2003, p. 101)

Para um melhor entendimento de ambas, Antunes (2003, p. 102) cita a *retextualização*, criada por Marcuschi, entendida como um processo de passagem do texto falado para o escrito e vice versa. Este processo de aprendizado das operações de transformação do texto garante um maior e melhor domínio da produção escrita, pois se utiliza de conhecimentos prévios da língua falada pelo aluno para o aprimoramento do texto. Ferronato (2007) ainda lembra que este processo não é considerado como algo mecânico, pois envolve operações complexas que interferem no sentido da comunicação e que evidenciam uma série de aspectos nem sempre compreendidos na relação oralidade e escrita.

Durante o processo de docência foi proposto aos alunos que participassem de um seminário sobre o naturalista britânico Charles Darwin. Durante semanas os alunos se prepararam, leram textos, assistiram filmes e documentários, para mais tarde participarem de um debate com alunos de outras séries da mesma escola, que ocorreu no anfiteatro do SESC em Passo Fundo. Na aula seguinte ao seminário, foi solicitado aos alunos que transcrevessem a sua experiência no debate realizando o trabalho entendido como *retextualização*.

Este processo de *retextualização* nos leva a entender que existem casos onde a fala e escrita quase se fundem e em outros casos existe uma certa distância de comunicação, mas nunca a ponto de serem consideradas dois sistemas linguísticos completamente diferentes. Ferronato (2007) exemplifica com uma carta pessoal escrita em um estilo descontraído, que pode ser comparado com uma narrativa oral espontânea, enquanto se constata uma grande diferença entre uma narrativa oral e um texto acadêmico escrito.

A oralidade orientada por um professor também deve ser usada para o reconhecimento da entonação e pausas, que, ao lado de elementos semânticos e morfossintáticos, ajudam na construção de sentido do texto. Segundo Antunes (2003, p.104), “numa dimensão muito próxima, ganha sentido também explorar a função de certas expressões, gestos e outros recursos de representação cênica”, que de uma forma muito significativa ajudam na construção do processo de interação verbal.

Como se pode perceber, a oralidade tem grande importância nas aulas de Língua Portuguesa e há muito o que se fazer para trabalhar e discutir este saber com os alunos. O português é de extrema importância e é imperativo que os alunos sejam motivados a aprendê-lo, e para isso é necessário que as atividades mais interessantes, como as sugeridas nos PCNs e na Portaria número 4.056, sejam utilizadas. Com a adoção do trabalho com a oralidade em sala de aula, os alunos se sentirão mais motivados e, com certeza, irão encontrar mais sentido nesta língua que hoje é considerada por eles tão difícil.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica evidente a importância do estágio supervisionado no curso de Letras, uma vez que torna futuros professores aptos para lidar com problemas que porventura surgirão decorrer de suas carreiras. Foi através desta experiência que se pôde levantar questionamentos sobre como acontece o ensino atual no Brasil e o quanto é importante para os professores continuarem se atualizando e se reciclando quanto a sua forma de ensino.

Durante o período de observação de estágio supervisionado do curso de Letras, percebeu-se um problema típico nas aulas de Língua Portuguesa, o fato de que muitos alunos têm dificuldades de escrita por o fazerem da mesma maneira que falam, assim como a falta de trabalho com a oralidade, por parte dos professores, em sala de aula.

Existe uma variedade muito grande de alternativas para abordar esta oralidade em sala de aula, mas não sabe aos professores de Língua Portuguesa o ensinar a falar, mas sim, incentivar a construção do discurso oral, ou seja, a maneira como cada indivíduo fala e se expressa, interagindo no mundo. A oralidade, além de facilitar o aprendizado da Língua Portuguesa, auxilia também no processo de construção de identidade do seu jeito e, ao trabalhar a competência discursiva dos alunos, os professores de Língua Portuguesa estarão auxiliando no crescimento pessoal de cada um.

Tanto em escolas públicas, como nas particulares, a abordagem da oralidade pode e deve ser utilizada, pois proporciona ao estudante, na diversidade da vida cotidiana, o desenvolvimento de uma capacidade cada vez maior de comunicação e, assim, um melhor entendimento da sua língua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontros e interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BRASIL, Ministério da Educação e dos Desportos. Secretaria Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Língua Portuguesa**. Brasília, 1998.

FERRONATO, Vera de A. s., **A fala e a escrita em questão: retextualização**. Disponível em <http://www.alb.com.br/anais16/sem10pdf/sm10ss02_09.pdf> Acessado em 06 de junho de 2010.